

Data de 19-10-2010
Publicação:
Órgão Sétima Turma
Julgador:
Tema: CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA - EMPREGADO
NÃO SINDICALIZADO
Relator: Alice Monteiro de Barros

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ORDINÁRIO. CONDENAÇÃO RESTRITA À IMPOSIÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. DEPÓSITO RECURSAL. INEXIGIBILIDADE. Nos termos da Súmula 161 do TST, não é exigido o depósito recursal na ausência de condenação em pecúnia. Evidenciado que o reclamado, ora agravante, foi condenado apenas a obrigações de não fazer, impõe-se a reforma da decisão que negou seguimento ao recurso ordinário, por considerá-lo deserto em razão da falta de recolhimento do depósito recursal, pois tal garantia do Juízo não era exigível, no caso. **RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CLÁUSULA CONVENCIONAL. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA E/OU ASSISTENCIAL. EMPREGADOS NÃO ASSOCIADOS AO SINDICATO.** A contribuição sindical advém da vontade do Estado (da lei) e é imposta a toda a categoria, independentemente de serem ou não os seus integrantes associados do sindicato. Já a contribuição assistencial é autorizada pela assembléia geral do sindicato e se destina a custear atividades assistenciais do sindicato, como serviço médico, odontológico, etc. Sujeita-se essa contribuição à não oposição do empregado, a ser manifestada no prazo ajustado entre as partes. Tratando-se de contribuição não prevista em lei, ela somente pode ser exigida dos empregados associados à entidade sindical. Finalmente, há a contribuição confederativa instituída pela Constituição da República de 1988 (art. 8º, IV), destinada a manter a estrutura sindical e é devida apenas pelos associados do sindicato, que participaram ou poderiam ter participado da assembléia instituidora, pois a sua cobrança de todos os integrantes da categoria implica bitributação e autoritarismo sindical. Nesse sentido é o Precedente Normativo nº 119 da SDC do TST e, também a Súmula 666 do Excelso Supremo Tribunal Federal. Demonstrado nos autos que o sindicato réu insiste em inserir cláusula convencional instituindo a cobrança das contribuições assistencial e confederativa de todos os integrantes da categoria profissional, confirma-se a decisão que julgou procedente a ação civil pública com o fim de resguardar a intangibilidade salarial assegurada aos trabalhadores envolvidos, na forma do artigo 7º, VI, da Constituição, bem como garantir-lhes a liberdade de associação, garantida pelos artigos 5º, XX e 8º, V, ambos da mesma Carta.